



Catarina Gaspar

Helena Gimeno Pascual

Noelia Vicent Ramírez

(coord.)

# AMBIENTES EPIGRÁFICOS Y TERRITORIO: EL GUADIANA ENTRE BÉTICA Y LUSITANIA





Catarina Gaspar – Helena Gimeno Pascual – Noelia Vicent Ramírez  
(coord.)

**AMBIENTES EPIGRÁFICOS Y  
TERRITORIO: EL GUADIANA ENTRE  
BÉTICA Y LUSITANIA**

Centro de Estudios Clásicos (FLUL)  
Fundación General de la Universidad de Alcalá (UAH)  
2020

## Ficha Técnica:

Título: Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania

Coordinadoras: Catarina Gaspar, Helena Gimeno Pascual, Noelia Vicent Ramírez

Edición: Centro de Estudos Clássicos (FLUL) – Fundación General de la Universidad de Alcalá (UAH)

Ilustraciones de la portada: Inscripción funeraria de Vale de Vargo, Serpa (autor R. de Balbín-Bueno) y Mapa general de España Antigua (Juan López, 1786), publicado en Manso, C. (2012). “Geografía y cartografía histórica de Hispania”, *De Pompeyo al nuevo mundo. La corona española y la arqueología en el siglo XVIII*, Madrid: Real Academia de la Historia.

Maquetación: Noelia Vicent Ramírez

Depósito legal / ISBN:

978-84-88754-56-1

978-972-9376-55-9

Año: 2020



Como citar:

Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania, C. Gaspar, H. Gimeno Pascual y N. Vicent Ramírez (coord.), Lisboa, Centro de Estudos Clássicos – Fundación General Universidad de Alcalá, 2020.

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/ELT/00019/2020.



This material has been published in Ambientes epigráficos y territorio: el Guadiana entre Bética y Lusitania (Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno Español, Proyecto FFI2016-77528-P), by C. Gaspar, H. Gimeno Pascual and N. Vicent Ramírez (coord.). This version is free to view and download for private research and study only. Not for re-distribution or re-use.

## ÍNDICE

Prefácio .....	5
O final da Idade do Ferro, romanização e romanidade da foz do Guadiana ... Elisa de Sousa, Ana Margarida Arruda y Carlos Pereira	9
La conquista e implantación romana en la cuenca del Ardila .....	31
Pablo Paniego Díaz	
¿Frontera acuática o frontera líquida? El bajo Guadiana en la Antigüedad .....	63
Pedro Albuquerque, Francisco José García Fernández, Maria de Fátima Palma y Alexandra Gradim	
El <i>ager</i> occidental de <i>Arucci</i> : Moura, los testimonios epigráficos .....	99
José Luis Ramírez Sádaba	
¿ <i>Metalla Aruccitana</i> ? Reflexiones sobre la inscripción HEP 3, 1993, 198 (CILA I, 3) .....	115
Juan Aurelio Pérez Macías	
Epigrafía del territorio bético en Portugal: Serpa .....	147
Catarina Gaspar y Helena Gimeno Pascual	
André de Resende, <i>Fabia Prisca</i> , <i>Asinia Priscila</i> .....	179
Manuela Alves-Dias	
Inscripciones funerarias emeritenses: novedades y perspectivas .....	193
Luis Ángel Hidalgo Martín	
Tras el desuso, uso: inscripciones romanas reutilizadas de los concelhos de Serpa y Moura .....	213
Ricardo de Balbín-Bueno	



# O FINAL DA IDADE DO FERRO, ROMANIZAÇÃO E ROMANIDADE DA FOZ DO GUADIANA

**Elisa de Sousa**

Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras  
Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa  
e.sousa@campus.ul.pt

**Ana Margarida Arruda**

Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras  
Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa  
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

**Carlos Pereira**

Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras  
Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa  
carlos\_samuel\_pereira@hotmail.com

## **Resumo**

Este trabalho centra-se na análise do percurso histórico da foz do Guadiana entre a II Idade do Ferro e a fase romana imperial. Com base nos dados arqueológicos, numismáticos e também em algumas referências obtidas das fontes clássicas, apresenta-se uma leitura da evolução histórica das dinâmicas económicas, comerciais e políticas da região, relacionando-as com as diferentes conjunturas associadas às várias etapas cronológicas.

**Palavras-chave:** Guadiana, Castro Marim, Mértola, Idade do Ferro, período romano.

## **Abstract**

This paper focuses on the analysis of the Guadiana estuary historical trajectory between the II Iron Age and the Roman Empire. Based on archaeological data, numismatic and also in some references from classical documents, we present a framework of the historical evolution of the region, specifically in its economic, commercial and political dynamics, attempting to relate them to the specific conjunctures that are associated with the different chronological stages.

**Keywords:** Guadiana, Castro Marim, Mértola, Iron Age, Roman period.

## **1. Introdução**

O processo de transição entre a Idade do Ferro e o período romano no Algarve caracteriza-se por alguma diversidade no que diz respeito às estratégias de ocupação do território e à cronologia (Sousa 2017). No caso concreto da foz do Guadiana, os dados arqueológicos disponíveis até ao momento indicam uma relativa alteração no quadro das dinâmicas de povoamento de ambos os períodos, ainda que os dois principais polos de referência tenham permanecido, ao longo das várias centúrias, em Castro Marim e, na área mais interior, em Mértola.

Os dados transcritos nos textos clássicos não são, infelizmente, de grande utilidade para compreender o percurso histórico desta região entre o final da Idade do Ferro e o período romano imperial. Com efeito, as referências que chegaram até aos nossos dias restringem-se, no essencial, a descrições de natureza geográfica e à indicação de alguns núcleos de carácter urbano existentes na área.

Dos elementos disponíveis, merece destaque, em primeiro lugar, a obra de Estrabão, que, para além de descrever sumariamente a região da foz do Guadiana, integrou este território na esfera “turdetana”, um termo ambíguo no que diz respeito à sua definição (Ferrer Albelda, García Fernández

2002; García Fernández 2003; Cruz Andreotti 2007), mas que, ainda assim, reflecte os intensos contactos que ligaram o Sul de Portugal e a área meridional da Andaluzia durante o final do 1º milénio a.C.

Outro documento incontornável é o Itinerário de Antonino, que coloca o sítio de *Esuri*, nas proximidades da foz do Guadiana, como ponto de partida de uma via que seguia em direcção a *Pax Iulia* (a actual cidade de Beja). Ainda que a localização de *Esuri* tenha sido bastante controversa (Resende 1593; Hübner 1871; Arruda 1997; Guerra 1998), a publicação de numismas com a legenda *Baesuri*, um dos quais recolhido durante as campanhas de escavações arqueológicas em Castro Marim (Arruda 1997), gerou um certo consenso na aceitação da equivalência entre este local e a *Esuri* do Itinerário de Antonino (Faria 1997). Deve ainda referir-se que um destes numismas exhibe a legenda M.AN.ANT. ET / CON, indicando a existência de um magistrado (Mowat 1900; Faria 1997; Amela Valverde 2004), o que permitiu a A. Faria propor a inclusão do local «(...) entre os nove *oppida stipendiaria* da Lusitânia cujos nomes Plínio não menciona.» (Faria 2006, 241).

No entanto são, sem dúvida, os dados arqueológicos que permitem uma caracterização mais detalhada da evolução da ocupação da foz do Guadiana no final do 1º milénio a.C. ainda que se tenha de ter sempre em atenção o carácter relativamente efémero destes elementos, uma vez que dependem sempre das áreas intervencionadas, da publicação dos dados recuperados, e do próprio estado de conservação do potencial arqueológico de cada sítio.

Ainda assim, temos que trabalhar com os dados que estão disponíveis, que, com todas as suas limitações, permitem definir, cada vez com maior

precisão, as pautas cronológicas e culturais que determinaram a integração do Sul do território português na esfera romana.

## 2. O final da Idade do Ferro

O núcleo localizado na colina do Castelo de Castro Marim manteve, ao longo de toda a Idade do Ferro, ligações comerciais e culturais constantes com a costa andaluza (Arruda 1999-2000, 2005), como evidencia a abundância de produtos importados ao longo de todo o 1º milénio. O registo estratigráfico permite, contudo, verificar que a partir do último quartel do século IV a.C. houve um crescimento exponencial destas importações, sobretudo de produtos oriundos, directa ou indirectamente, da Baía de Cádiz. Para além dos contentores anfóricos, que transportavam azeite da Campiña de Cádiz (ânforas T-8.1.1.2.), produtos haliêuticos da Baía (T-12.1.1.1/2) e outros alimentos ainda indeterminados do Baixo Guadalquivir e de outras áreas meridionais (tipos Pellicer B/C e D), os habitantes de Castro Marim importavam praticamente todo o serviço de mesa (cerâmicas de tipo Kuass) e ainda quantidades verdadeiramente surpreendentes de cerâmicas de uso comum (tigelas, taças, pratos, alguidares, vasos de armazenamento, almofarizes, entre outros), produzidas na área da Baía de Cádiz e também, ainda que em proporções um pouco mais reduzidas, no Baixo Guadalquivir (Sousa 2009).

Esta intensificação dos contactos comerciais e culturais, que se verificou, a partir do último quartel do século IV a.C., não só em Castro Marim, mas também em praticamente toda a costa algarvia (Sousa 2009; Sousa, Arruda 2010), parece estar relacionada com um fenómeno que designámos como a “gaditanização do Algarve” (Sousa, Arruda 2010). Com efeito, *Gadir* terá incrementado as suas relações com a costa meridional portuguesa a partir dessa data, o que se reflectiu num aumento exponencial dos produtos comercializados, mas que parece ter tido também implicações de ordem cultural e talvez até política, uma vez que os dados existentes sugerem

que pelo menos dois núcleos urbanos (Faro e Monte Molião) podem ter sido, efectivamente, delineados por agentes gaditanos (Sousa 2009; Sousa, Arruda 2010).

Assim, parece ser relativamente claro que Cádiz terá iniciado, a partir do final do século IV a.C., uma expansão para Ocidente, aumentando progressivamente a sua influência no Sul do território português. As justificações históricas desta “gaditanização do Algarve”, ou da “atlantização” de Cádiz, de acordo com a expressão recentemente proposta por A. Sáez Romero (2018), são difíceis de discernir, ainda que se possa relacionar este fenómeno com a quebra de contactos entre Cádiz e o mundo grego a partir de meados do século IV a.C., associada a um período de crescente instabilidade no Mediterrâneo Central, o que terá forçado uma reestruturação da política económica gaditana reorientada de forma mais intensa para o Atlântico (Sáez Romero 2018). Se este território, particularmente o Algarve, foi mais do que uma área de interesse comercial, tornando-se, pelo menos a partir do final do século IV a.C., numa extensão territorial e política da metrópole gaditana, tal situação pode explicar o constante e intenso abastecimento de produtos aos sítios do litoral algarvio, que, em troca, proporcionavam recursos estratégicos para a economia gaditana, especificamente recursos marítimos.

Com efeito, as evidências da exploração de recursos marinhos no Algarve são claras a partir da segunda metade do 1º milénio a.C., pelo menos no Castelo de Castro Marim e em Tavira. Neste último sítio, foram identificados elementos em excelente estado de conservação relacionados com tais actividades, concretamente restos de uma rede de pesca, associada a vários pesos, anzóis e restos de fauna ictiológica e malacológica (Maia 2007), elementos que são igualmente frequentes no Castelo de Castro Marim (Arruda 2007; Pereira 2008).

Porém, até ao momento não existe, em todo o Algarve, qualquer prova da elaboração de produtos haliêuticos propriamente ditos durante a Idade do Ferro. Assim, embora dados futuros possam alterar este cenário, é provável que o Sul do território português exportasse principalmente produtos primários, como é o caso do peixe, naturalmente salgado, e mesmo do sal.

No entanto, não nos podemos esquecer que o núcleo do Castelo de Castro Marim tinha também relações privilegiadas com as zonas mais interiores, potenciadas pelo curso fluvial do Guadiana, navegável directamente até à área de Mértola. Este local é, com efeito, um dos poucos da área alentejana que parece ter mantido relações comerciais com a área andaluza quase tão intensas como o núcleo da foz. Ainda que se desconheçam contextos seguros da segunda metade do 1º milénio, a verdade é que os conjuntos artefactuais publicados, como é o caso da cerâmica grega (Arruda et al. 1998), das cerâmicas de tipo Kuass e de alguns contentores anfóricos (Rego et al. 1996; Barros 2010) parecem evidenciar a plena integração de Mértola nos principais circuitos meridionais da Península Ibérica. Esta ligação pode justificar-se pelo potencial metalífero da região, destacando-se as jazidas de cobre e talvez também de prata (Arruda 1997; Soares et al. 1985; Soares 2001). É também no quadro deste eixo comercial que se podem integrar outros sítios de dimensão aparentemente mais reduzida que têm vindo a ser detectados ao longo das margens do baixo Guadiana (Freitas, Oliveira 2007; García Fernandez et al. 2017).

Assim, durante a fase final da Idade do Ferro, verifica-se a existência de um dinâmico eixo comercial e quiçá até cultural que parece irradiar do importante núcleo da foz do Guadiana para as regiões mais interiores do Alentejo. Os dados exumados durante as escavações realizadas no Castelo de Castro Marim mostram, contudo, que outras actividades económicas, para além das de natureza comercial, eram também aí praticadas, como é o caso do processamento de cereais, de artesanato têxtil e do já refe-

rido aproveitamento de recursos marinhos. Esta dinâmica à escala local implicou seguramente a exploração de recursos localizados no hinterland imediato, situação que poderá enquadrar os ténues vestígios de ocupação pré-romana no Forte de São Sebastião, implantado na colina em frente à do Castelo, onde, apesar da ausência de contextos estratigráficos conservados, a recuperação de alguns materiais, entre os quais ânforas do tipo Pellicer B/C (Arruda, Pereira 2008), permite admitir uma ocupação do local entre os séculos V e III a.C.

Contudo, é ainda durante os momentos finais da Idade do Ferro, em fase prévia aos primeiros contactos com Roma, que se assiste a certas alterações nesta estratégia de ocupação. No Castelo de Castro Marim, os dados estratigráficos e materiais, especificamente os repertórios de cerâmica de tipo Kuass e mesmo da cerâmica comum, parecem indicar que o sítio terá sido abandonado ou, pelo menos, sofrido uma retracção da área ocupada, a partir de meados do século III a.C. (Sousa 2009, 103). Este fenómeno pode não ser exclusivo da foz do Guadiana, existindo indícios que outros núcleos de ocupação humana da costa algarvia e mesmo da própria Andaluzia, ainda que com ritmos e fases distintas, terão sofrido igualmente um retrocesso no final do século III a.C., podendo relacionar-se, eventualmente, com a 2ª Guerra Púnica (Sousa 2017, 212). Os dados arqueológicos disponíveis para a foz do Guadiana indicam que a área terá recuperado desta situação apenas nas últimas décadas do século II a.C.

### **3. O período Romano-Republicano**

Evidências da ocupação romano-republicana na foz do Guadiana foram documentadas, até ao momento, em três locais distintos: a colina do Castelo, sob o Forte de São Sebastião e num local próximo aos anteriores, designado de Enterreiro.

Entre estes, os elementos que suportam uma ocupação mais remota foram recuperados durante as escavações e acompanhamento arqueológico do

Forte de São Sebastião, dirigidas por um dos signatários (C. P.). Ainda que as ocupações mais antigas desta colina tenham sido profundamente afetadas pela construção da estrutura seiscentista, alguns contextos e vários materiais cerâmicos foram encontrados durante a intervenção, permitindo estabelecer uma ocupação centrada entre o final do século II e o início do século I a.C. (Arruda, Pereira 2008). Destacam-se, concretamente, as ânforas itálicas do tipo Dressel 1A, Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo produzidas no baixo Guadalquivir, variantes evolucionadas das Maña Pascual A4, Mañá C2 e T-9.1.1.1 gaditanas, um *kalathos* ibérico, campaniense A (formas Lamboglia 5/7, 27, 31 e 55) e vasos de paredes finas (tipos Mayet I/II), surgindo ainda cerâmicas de tipo Kuass (Arruda, Pereira 2008), cuja perduração nos repertórios artefactuais romano-republicanos no Ocidente da Península Ibérica tem vindo a ser sistematicamente atestada durante os últimos anos (Sousa 2009, 2010; Sousa, Arruda 2013).

Na colina do Castelo, são escassos os fragmentos que poderiam coincidir com a cronologia romano-republicana detectada no Forte de São Sebastião, resumindo-se apenas a cinco fragmentos de cerâmica campaniense A (formas 5, 7, 31 e 36 de Lamboglia), cinco fragmentos de ânforas greco-itálicas, três dos quais de fabrico gaditano, e ainda um bordo de um *kalathos* ibérico (Bargão 2006; Viegas 2011, 474; Muccioli 2014a). Estes materiais surgem, contudo, descontextualizados ou já em associação a uma fase mais tardia, centrada na segunda metade do século I a.C., que está materializada no sítio num depósito ou área de lixeira escavada durante a década de 80 do século passado (Arruda 1988). Este contexto proporcionou uma quantidade muito significativa de materiais, como é o caso de cerâmica campaniense calena e de pasta cinzenta (sobretudo as formas Lamboglia 1, 2, 3, 5, 5/7 e 7), de paredes finas (com destaque para as formas III e VIII de Mayet) e de contentores anfóricos (Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo, Pellicer D, Maña Pascual A4, T-9.1.1.1, Tripolitanas Antigas e Maña C2 de produção africana e gaditana, Classe 67, Haltern 70,

Dressel 12, Dressel 7/11, oleárias antigas e ainda ânforas Dressel 1 itálicas e gaditanas) (Arruda 1988; Arruda et al. 2006; Viegas 2011; Abade 2017). Será justamente a esta ocupação tardia do Castelo que se deve associar as emissões monetárias de *Baesuris* (Arruda 1997; Faria 1995a, 1997).

Resta referenciar o sítio do Enterreiro, detectado durante campanhas de prospecção realizadas nas proximidades, concretamente no esteiro da Lezíria, uma zona de cota baixa que poderia ter servido de área portuária. Os materiais recolhidos à superfície indicam uma ocupação do local entre o período Romano-Republicano (ânforas itálicas, Tripolitana Antiga e Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo e um fragmento de campaniense A da forma 31 de Lamboglia) e o Alto-Império (Dressel 14, Haltern 70, paredes finas e *terra sigillata*) (Pereira, Arruda 2015).

A pouca expressividade da fase inicial do período Romano-Republicano na foz do Guadiana contrasta com as importantes evidências que têm vindo a ser descobertas em Mértola nos últimos anos. Em 2005 e 2006, escavações efectuadas no espaço da Biblioteca Municipal, junto à muralha, revelaram a existência de contextos datados da segunda metade do século II a.C., com quantidades expressivas de contentores anfóricos (Dressel 1 itálicas, Lamboglia 2, Pellicer D, Castro Marim 1/tipo B de Pajar de Artillo, variantes evolucionadas de Mañá Pascual A4, T-8.2.1.1, T-9.1.1.1, Tripolitanas Antigas e Mañá C2 de produção africana e gaditana), cerâmica campaniense (sobretudo do tipo A, com destaque para a representatividade das formas Lamboglia 27, 28, 31, 36) e cerâmicas de tipo Kuass, entre outros materiais (Soria, Palma 2017; Soria 2018; García Fernandez 2019). Estes dados estratigráficos permitem enquadrar os vários achados descontextualizados já conhecidos da região, que são compatíveis com esta fase cronológica (Fabião 1987; Luís 2003a, 2003b). Ainda que o conjunto anfórico não esteja ainda devidamente publicado, os dados preliminares disponíveis mostram a importância das produções itálicas, situação

que poderia indicar uma efectiva presença romana no local talvez desde o início da segunda metade do século II a.C., cenário que só tem paralelo, no território português, com a área urbana de Lisboa (Pimenta 2005).

As cunhagens da cidade são também um reflexo da sua importância durante o período Romano-Republicano, sendo um dos poucos núcleos do território hoje português com capacidade ou necessidade de produzir as suas próprias emissões monetárias durante este momento. Apesar de alguma controvérsia associada à cronologia das moedas de *Murtili* (Crawford 1985; Faria 1995a; Amela Valverde 2004), a recente descoberta de uma destas emissões num contexto conservado de Monte Molião (Arruda, Pereira 2010; Muccioli 2014b), datável de final do século II/ início do I a.C., comprova a circulação destas emissões numa fase relativamente precoce da ocupação romana no Ocidente.

A importância dos vestígios arqueológicos romano-republicanos de Mértola, aos quais também se devem associar alguns dos tesouros monetários encontrados na região (Luís 2003a), pode estar directamente relacionada com uma eventual presença militar romana no território, sendo importante recordar que a existência de um acampamento em Mata-Filhos, nas proximidades da actual vila, foi já proposta por alguns investigadores (Luís 2003b), embora outros prefiram evitar tal classificação, ainda que insistindo na função eminentemente militar (Fabião 2006: 119-120). De encontro ao que foi dito antes, Carlos Fabião defende inclusivamente que esta região terá sido uma das primeiras a entrar na esfera de Roma (*ibidem*).

#### **4. A fase imperial**

Terá sido durante o período alto-imperial que se consumaram as maiores alterações políticas na foz do Guadiana. A reorganização das províncias romanas e a introdução dos modelos urbanos na Lusitânia, desde o final do século I a.C., condicionaram a organização e o estatuto político dos anteriores *oppida*. Em todo o Algarve, as duas únicas cidades romanas, no

verdadeiro sentido do termo, foram *Balsa* e *Ossonoba*. Os restantes sítios ocupados não terão adquirido esse carácter institucional, ainda que tenham mantido relevância comercial e económica, considerando a continuidade da ocupação e também as abundantes quantidades de materiais importados.

Esta situação já foi interpretada por alguns investigadores como represálias a eventuais posições nas guerras civis romanas, sobretudo nas que enfrentaram César e Pompeu (Mantas 1997, 286-287), ainda que esta posição não seja consensual entre a comunidade científica (Faria 1999, 35-36).

O núcleo localizado sob o actual Castelo de Castro Marim mantém, efectivamente, uma forte dinâmica económica e comercial durante o Alto-Imperio. Apesar dos contextos e estruturas associadas serem escassas, os materiais recuperados mostram que o local manteve relações privilegiadas com o restante Sul peninsular (sobretudo ao nível da importação de produtos alimentares) e com o Mediterrâneo, como se verifica pelas expressivas quantidades de *terra sigillata* de produção itálica e sudgálica (Viegas 2011, 437). O sítio parece, contudo, ser abandonado ainda durante o final do século I ou mesmo no início da centúria seguinte, sendo os vestígios de ocupações posteriores claramente insignificantes, ainda que a ocupação no território envolvente, caracterizada por sítios de pequena dimensão, tenha permanecido (Viegas 2011, 518-523, Pereira 2018).

Já no interior, em Mértola, a situação é distinta, uma vez que o local se integra entre os *oppida veteris Latii* referidos por Plínio, existindo apenas alguma discussão sobre a cronologia exacta da elevação ao estatuto de município (Encarnação 1984; Alarcão 1988; Faria 1995b). Os vestígios da cidade romana, sobretudo os de natureza arquitectónica, são já significativos, destacando-se a muralha, o criptopórtico, a basílica, a *domus* e as termas (Torres, Oliveira 1987; Macías 1996), para além das extraordinárias descobertas dos últimos anos, apresentadas neste mesmo colóquio por V.

Lopes. Resta apenas concluir que a antiga cidade não parece perder a sua importância nos séculos sucessivos.

## **5. Conclusão**

A leitura possível da evolução histórica da foz do Guadiana ao longo da fase final da Idade do Ferro e do período romano baseia-se, quase exclusivamente, no registo arqueológico disponível. Por outro lado, deve reconhecer-se que tal leitura pode variar dependendo da função que o rio desempenhou ao longo do tempo (Albuquerque et al. 2018, 190-192). Como já referimos na introdução, estamos conscientes que os dados processados têm uma natureza de certo modo efémera, sendo passíveis de alterações resultantes de novas escavações realizadas quer em sítios já conhecidos, quer nas suas áreas envolventes, e podem permitir ampliar a cronologia das fases de ocupação estabelecidas. Estes elementos, apesar de incompletos, são, contudo, os únicos que nos permitem vislumbrar as dinâmicas da ocupação humana da Antiguidade e reconstituir, na medida do possível, a sua história.

Ao longo de todo o período que se estende entre a segunda metade do 1º milénio e o Alto-Império, a foz do Guadiana esteve claramente inserida nos circuitos comerciais e culturais que se estabeleciam quer com a Andaluzia e, directa ou indirectamente, com o Mediterrâneo, quer com as redes que conduziam ao interior, cuja importância se relacionava seguramente com os importantes recursos metalíferos dessa região.

Durante a Idade do Ferro, especificamente a partir do último quartel do século IV a.C., as ligações privilegiadas com a esfera gaditana são claramente perceptíveis na cultural material do Castelo de Castro Marim, o que poderia implicar que uma parte significativa das estratégias económicas aí desenvolvidas, com especial incidência na exploração dos recursos marinhos, se articulava, de alguma forma, com essa rede de comunicação (Arruda 2007; Sousa 2009; Sousa, Arruda 2010). Contudo, a presença ex-

pressiva de materiais oriundos da esfera gaditana na zona mais interior, em Mértola, indica que a obtenção dos recursos metalíferos do interior alentejano desempenhava também um papel central nestes intercâmbios. Os dados arqueológicos disponíveis não são ainda suficientes para compreender se o fenómeno, que já apelidámos de “gaditanização do Algarve” (Sousa, Arruda 2010), se estendeu também para essa zona mais interior, uma vez que só com a descoberta e publicação de contextos preservados do final da Idade do Ferro, e com o estudo e quantificação integral dos materiais recuperados, se poderia esclarecer essa situação. De qualquer forma, a presença de materiais da área gaditana e também do Baixo Guadalquivir em Mértola é inquestionável (Rego et al. 1996; Barros 2010; García Fernández 2019), denunciando a função de “plataforma comercial” deste núcleo no interior oriental alentejano.

Este eixo, que liga a foz do Guadiana ao interior, terá sido, assim, de principal importância nas estratégias de ocupação do território ao longo da Idade do Ferro e ter-se-á mantido, muito provavelmente, durante o período Romano-Republicano, ainda que este possa não ter sido um processo linear. Com efeito, a partir da segunda metade do século II a.C., e com a entrada em cena de novos protagonistas, especificamente o exército romano, a situação parece sofrer algumas alterações.

O processo de conquista do Ocidente Peninsular não foi, de acordo com os dados arqueológicos, um avanço contínuo e sistemático. No caso da foz do Guadiana, a presença romana em Mértola parece anteceder em algumas décadas a que foi detectada na foz, concretamente no Forte de São Sebastião, cuja cronologia se centra entre o final do século II e o início do I a.C. (Arruda, Pereira 2008). As informações disponíveis sobre os contextos arqueológicos de Mértola parecem indicar a predominância das ânforas de produção itálica, assim como uma relativa antiguidade do conjunto de cerâmica campaniense (Soria 2018), situação que não se verifica nos sítios

do litoral Sul, e que permite talvez uma aproximação à realidade verificada na área urbana de Lisboa (Pimenta 2005), onde esta ocupação foi balizada no terceiro quartel do século II a.C. Se se comprovar esta contemporaneidade, poderia assumir-se que a romanização do território português teve os seus focos iniciais na área do Tejo e no interior alentejano, como, aliás, foi já proposto para o caso de Mértola (Fabião 2006, 119-120), áreas que permitem o acesso a jazidas metalíferas importantes do Ocidente Peninsular, podendo evidenciar a prioridade do Senado Romano no controlo destes recursos.

Na margem direita da foz do Guadiana, assim como, aliás, no restante território algarvio, os dados arqueológicos apontam para a sua plena integração nos circuitos comerciais do período Romano-Republicano a partir do último quartel do século II a.C., não parecendo ter implicado uma “conquista” no verdadeiro sentido do termo, mas antes uma ocupação gradual de um território “disponível” (Sousa 2017). Nesse momento, a área ocupada ter-se-ia limitado à colina do Forte de São Sebastião, ainda que se possa admitir que também a do Castelo possa ter sido frequentada. Trata-se de uma aparente descontinuidade na malha de povoamento, que poderá ser explicada pelo abandono do povoado indígena a partir dos meados do século III a.C. (Sousa 2009), tendo os primeiros grupos romanos escolhido outro local para se instalarem, local que, reunindo as mesmas condições estratégicas, não estaria previamente ocupado.

Esta não é uma situação inédita no Algarve, estando plasmada também na área de Tavira, onde o habitat pré-romano não tem continuidade na fase sucessiva, estando as evidências de uma ocupação romano-republicana limitadas ao Serro do Cavaco, localizado também nas proximidades do antigo núcleo de povoamento pré-romano (Arruda, Almeida 1999; Fabião 2003; Sousa 2017).

Nos momentos iniciais do século I a.C., a ocupação da colina onde se implantou o Forte de São Sebastião parece ter cessado (Arruda, Pereira 2008) e, a partir pelo menos de meados dessa centúria, a do Castelo de Castro Marim retomou a sua importância, estando esta atestada pela presença de um magistrado em *Baesuri*, perpetuada na legenda de uma das suas emissões monetárias (Faria 1997), o que permite enquadrar este núcleo como um possível *oppida estipendiarium*, cuja importância se terá mantido até ao final do século I ou início do século II d.C.

Neste âmbito, cabe destacar um dos objectos metálicos recolhidos no sítio (Pereira 2008): uma caixa de selos datável do século I d.C., que indica a utilização de correspondência oficial no local, podendo esta estar ainda relacionada com um carácter militar, ainda que secundário. Este elemento poderá relacionar-se com a intensa ocupação detectada ao longo das margens do Baixo Guadiana durante o final da República e início do Império, interpretada, ainda que não consensualmente, como uma rede de controlo do escoamento dos recursos metalíferos do interior alentejano.

Durante estes momentos, as relações com a Andaluzia e, directa ou indirectamente, com o espaço mediterrâneo, são ainda intensas de acordo com a cultura material (Viegas 2011). A importância de Castro Marim nesta fase está atestada não só pela numismática, mas também pela sua referência no Itinerário de Antonino, obra que provavelmente recolheu várias informações compiladas durante a época de César e de Augusto, como ponto de partida da via que conduzia a *Pax Iulia*.

O seu abandono entre o final do século I / início do século II d.C. já foi relacionado com a plena "(...) consolidação da ocupação do território por parte das populações romanas (...)" (Viegas 2011, 521), que agora se apropriam directamente dos recursos disponíveis, muito em especial dos de natureza metalífera do interior alentejano, deixando de ser necessários os respectivos entrepostos de controlo e escoamento. De facto, em época im-

perial, *Baesuris* não assume o carácter de uma verdadeira cidade romana, sendo este papel desempenhado, no litoral, por *Balsa* e por *Ossonoba* e, no interior, por Mértola. Ainda assim, e mesmo após o abandono do núcleo do Castelo, a área permanece ocupada, tendo o povoamento centralizado dos séculos anteriores sido diluído em sítios de *habitat* mais reduzidos, de tipo *villa*.

### Referências bibliográficas

- ABADE, Pedro (2017). *A cerâmica de paredes finas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1988). *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALBUQUERQUE, Pedro; PEREIRA, Carlos; TEIXEIRA, Sílvia (2018). “Elementos y perspectivas para el estudio del *Anas* como frontera en la Antigüedad: fuentes clásicas, registro arqueológico y epigrafía”. *Onoba* 6, 185-203.
- AMELA VALVERDE, Luis (2004). “Sobre Salacia y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7(2), 243-264.
- ARRUDA, Ana Margarida (1988). “Nota sobre a ocupação romana-república do Castelo de Castro Marim”, *Actas do 5º Congresso do Algarve (vol. 1)*. Silves: Câmara Municipal, 13-17.
- (1997). *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Edições Colibri.
- (1999/2000). *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Carrera Edició.

- (2005). “O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século”. *O Arqueólogo Português* Série IV (23), 9-156.
- (2007). “Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe”, *Historia de la pesca en el ámbito del Estrecho. I Conferencia Internacional (vol. 1)*. Cádiz: Instituto de Investigación y Formación Agraria, 383-406.
- ARRUDA, Ana Margarida; ALMEIDA, Rui (1999). “Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado”, *Économie et territoire en Lusitanie romaine (Actes du IIIème Table ronde sur la Lusitanie romaine Madrid, 1996)*. Madrid: Casa de Velázquez, 307-337.
- ARRUDA, Ana Margarida; BARROS, Pedro; LOPES, Virgílio (1998). “Cerâmicas áticas de Mértola”. *Conímbriga* 37, 121-149.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (2008). “As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião (Castro Marim)”. *Xelb* 8, 391-421.
- (2010). “Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romano-republicana”. *Xelb* 10, 695-716.
- BARGÃO, Patrícia (2006). *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARROS, Pedro (2010). “Mértola entre os séculos VI e III a.C.” *Mainake* 32 (1), 417-436.
- CRAWFORD, Michael H. (1985). *Coinage and Money under the Roman Republic*. London: Methuen.

- CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (2007). “Acerca de Estrabón y la Turdetania-Bética”, en: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica, II. La época imperial*. Madrid: Casa de Velázquez, 251-270.
- ENCARNAÇÃO, José d’ (1984). *Inscrições romanas do conuentus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- FABIÃO, Carlos (1987). “Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”. *O Arqueólogo Português* 4 (5), 125-148.
- FARIA, António (1995a). “Moedas de época romana cunhadas em território actualmente português”, in GARCÍA BELLIDO, María Paz; CENTENO, Rui (eds.). *La moneda Hispánica. Ciudad y territorio*. Madrid: CSIC, 143-153.
- (1995b). “Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português”. *Vipasca* 4, 89-99.
- (1997). “Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio”, *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, 361-371.
- (1999). “Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos.”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2 (2), 29-50.
- (2006). “Novas notas historiográficas sobre *Augusta Emerita* e outras cidades hispano-romanas”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9 (2), 211-237.
- FERRER ALBELDA, Eduardo; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2002). “*Turdetania* y Turdetanos: contribución a una problemática historiográfica y arqueológica”. *Mainake* 24, 133-151.

- FREITAS, Vera; OLIVEIRA, Carlos (2007). “A Idade do Ferro no Baixo Guadiana”, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Promontoria. Série Monográfica* 9. Faro: Universidade do Algarve, 409-418.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José (2003). *Los turdetanos en la historia. Análisis de los testimonios literarios grecolatinos*. Écija (Sevilla): Gráficas Sol.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; ALBUQUERQUE, Pedro; PALMA, Fátima (2017). “Mértola na Idade do Ferro: primeiros resultados de dois projectos de investigação”, en: ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coords.). *Arqueologia em Portugal. 2017 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 161-170.
- GUERRA, Amílcar (1998). *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- HÜBNER, Emílio (1871). *Notícias arqueológicas de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- LUÍS, Luís (2003a): *As cerâmicas campaniense de Mértola*. Lisboa: IPA.  
– (2003b). “Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6 (2), 363-382.
- MACÍAS, Santiago (1996). *Mértola Islâmica: Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Mértola: Campo Arqueológico.
- MAIA, Maria (2007). La pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. *Historia de la pesca en el ámbito del Estrecho. I Conferencia Internacional (vol. 1)*. Cádiz: Instituto de Investigación y Formación Agraria, 455-488.
- MANTAS, Vasco (1997). “As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano”, en: BARATA, Filomena; PARREIRA, Rui (eds.). *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*. Lisboa, 203-209.

- MOWAT, Robert (1900). “Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie”. *O Arqueólogo Português Série I-5*, 17-24.
- MUCCIOLI, Giovanni (2014a). “I Kalathoi Iberici nell’Éstremo Occidente”, *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43. Bonn: *Rei Cretariae Romanae Fautorum*, 721-728.
- (2014b). *L’insieme di monete di Monte Molião (Lagos, Portugal)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Carlos (2018). *As necrópoles romanos do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (2015). “O sítio arqueológico do Enterreiro, Castro Marim”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18, 181-194.
- PEREIRA, Teresa (2008). *Os artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e na época romana*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PIMENTA, João (2005). *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge*. Lisboa: IPA.
- REGO, Miguel; GUERRERO CHAMERO, Olga; GÓMEZ TOSCANO, Francisco (1996). “Mértola: una ciudad mediterránea en el contexto de la Edad del Hierro del Bajo Guadiana”, *Actas de las I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda hispano-portuguesa*. Aroche: Escuela Taller Contienda, 119-132.
- RESENDE, André (1593) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, FERNANDES, Raúl M. R. (1996 Introdução, tradução e comentário). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SÁEZ ROMERO, António (2018). “Apuntes sobre las dinámicas comerciales de Gadir entre los siglos VI y III a.C.” *Gérion* 36 (1), 11-40.

- SOARES, António Monge (2001). “O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminary”. *Vispasca. Arqueología e História* 10, 57-64.
- SOARES, António Monge; ARAÚJO, Maria Fátima; CABRAL, João (1985). “O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia”. *Arqueología* 11, 87-94.
- SORIA, Vincenzo (2018). *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- SORIA, Vincenzo; PALMA, Fátima (2017). “A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal). As escavações da Biblioteca Municipal”. *Archivo Español de Arqueología* 90, 77-96.
- SOUSA, Elisa de (2009). *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- (2010). “The use of ‘Kouass ware’ during the republican period in Algarve (Portugal)”. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41. Bonn: Rei Cretariae Romanae Fautorum, 523-528.
- (2017). “Sobre o início da romanização do Algarve: 20 anos depois”. *Archivo Español de Arqueología* 90, 195-218.
- SOUSA, Elisa de; ARRUDA, Ana Margarida (2010). “A gaditanização do Algarve”. *Mainake* 32 (II), 951-974.
- (2013). “A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos)”, *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 651-659.
- TORRES, Cláudio; OLIVEIRA, João Carlos (1987). “O criptopórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola”, in *II Congreso de Arqueologia Medieval Española*. Madrid: Asociación Española de Arqueologia Medieval, vol. 2, 617-626.

VIEGAS, Catarina (2011). *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.